

## ***O Panegírico de Trajano:* modelo do *Panegírico de D. João III* do humanista João de Barros \***

Em Roma, o panegírico tinha como fim o louvor individual do cidadão que se distinguira na comunidade e propunha, indirectamente, o exemplo do homem ilustre aos olhos dos seus contemporâneos e das gerações vindouras. Era, pois, o elogio de um homem de reconhecida qualidade, e podia ser feito tanto em vida como após a morte do homenageado. O panegírico podia ainda comemorar, além dos feitos humanos, os feitos divinos, mas, a partir do tempo de Plínio, passou a consagrar-se quase exclusivamente ao louvor palaciano e imperial.

Na Roma imperial, a ideologia está na base de uma produção imensa, que tem por temática não apenas a natureza do poder real, mas sobretudo o ideal da realeza e o conceito de príncipe ideal, retratado como rei providencial, como verdadeiro *pater patriae*. É, de facto, no género panegírico que encontramos a maior divulgação da ideologia política imperial. Nesta época, os panegíricos surgem em número significativo, quer na língua grega quer na latina <sup>1</sup>.

---

\* Versão portuguesa, ligeiramente remodelada, de uma comunicação apresentada em francês no XI Congresso da Federação Internacional das Associações de Estudos Clássicos (FIEC), que decorreu em Kavala – Grécia, de 24 a 30 de Agosto de 1999.

<sup>1</sup> Entre os panegiristas gregos, podemos destacar, entre outros, Élio Aristides, com o seu *Panegírico a Marco Aurélio*; Temístio, com os seus dezanove discursos endereçados a Constâncio, a Joviano, Valêncio e Teodósio; e os de Libânio, relativos ao reinado de Juliano.

Um exemplo bem representativo deste tipo de louvor é o *Panegírico de Trajano*, um dos mais afamados panegíricos da Antiguidade Clássica. Esta obra de Plínio-o-Moço, escrita em 100 d. C. e dirigida a um príncipe ainda vivo, é marcada pela universalidade e intencionalidade da caracterização da figura do príncipe e da sua acção, procurando realçar as suas qualidades humanas e a sua conduta, com o objectivo de o apresentar como um príncipe perfeito. Neste sentido, Trajano é retratado por Plínio-o-Moço não como um senhor dos seus súbditos mas como um concidadão e um pai de todos:

*... non enim de tyranno, sed de ciue, non de domino, sed de parente loquimur*<sup>2</sup> (2.3).

que o povo celebra pela sua coragem, piedade, generosidade, bondade, moderação e clemência:

*Et populus quidem Romanus (...) hunc fortissimum personat quibusque aliquando clamoribus gestum alterius et uocem, huius pietatem, abstinentiam, mansuetudinem laudat.* (2.6)

Trata-se de um príncipe respeitador das leis, que não está acima das leis, que não quer ter mais direitos do que os outros:

*In rostris quoque simili religione ipse te legibus subiecisti, legibus, Caesar, quas nemo principi scripsit. Sed tu nihil amplius uis tibi licere quam nobis: sic fit ut nos tibi plus uelimus. Quod ego nunc primum audio, nunc primum disco, non est: « Princeps super leges », sed: « Leges super principem » idemque Caesari consuli quod ceteris non licet.* (65.1)

e que apoiou as letras, as artes e as ciências:

*Quem honorem dicendi magistris, quam dignationem sapientiae doctoribus habes! Vt sub te spiritum et sanguinem et patriam*

Nos latinos, podemos salientar o *Panegyricus Messalae*, em verso, atribuído durante muito tempo a Tibulo; o *Laus Pisonis*, dirigido com toda a probabilidade a Calpúrnio Pisão, e o *Panegírico de Domiciano* de Estácio.

Sobre a ideologia imperial romana, veja-se N. CASTRO SOARES, *O príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerónimo Osório*, Coimbra, INIC, 1994, pp. 31-37.

<sup>2</sup> In Pline le Jeune, *Panégryrique de Trajan*, Texte établi et traduit par Marcel Durry, Paris, «Les Belles Lettres», 1972, quatrième tirage. As citações do *Panegírico de Trajano* feitas neste artigo foram extraídas desta edição.

*receperunt studia! Quae priorum temporum inmanitas exiliis puniebat, cum sibi uitiorum omnium conscius princeps inimicas uitii artes non odio magis quam reuerentia relegaret. At tu easdem artes in complexu, oculis, auribus habes. Praestas enim quaecumque praecipiant tantumque eas diligis quantum ab illis probaris. (47.1-2)*

Em suma, aparece como um modelo de conduta para todos os cidadãos:

*Melius homines exemplis docentur, quae in primis hoc in se boni habent quod adprobant quae praecipiant fieri posse. (45.6)*

como uma dádiva dos céus a quem está reservada, como prémio das suas virtudes e méritos, uma glória imortal:

*Quod enim praestabilius est aut pulchrius munus deorum quam castus et sanctus et dis simillimus princeps? (1.3)*

*Non ergo perpetua principi fama, quae inuitum manet, sed bona concupiscenda est; ea porro non imaginibus et statuis, sed uirtute ac meritis prorogatur. (55.10)*

Este conceito de príncipe manter-se-ia ao longo dos tempos, tendo servido de modelo para outros panegíricos, como se pode verificar numa colectânea de panegíricos latinos do século IV (*XII Panegyrici ueteres*)<sup>3</sup> que começa precisamente com o Panegírico de Plínio.

Em Portugal, o *Panegírico de Trajano* revestiu-se de especial importância no século XVI, tendo, como veremos, não só servido de inspiração a João de Barros para o seu *Panegírico de D. João III*, mas também merecido uma tradução para português, feita em 1541, pelo bispo D. António Pinheiro<sup>4</sup>, que a dedicou a D. João III.

Entre nós, o panegírico histórico surge com a consolidação do poder real. Por vezes, o panegírico torna-se a demonstração de uma doutrina, de um código de princípios morais, e o elogio de uma

<sup>3</sup> Vide Edição de BAEHRENS, *XII Panegyrici Latini*, Leipzig, 1911.

<sup>4</sup> Vide D. António PINHEIRO, *Collecção das obras portuguesas do sabio Bispo de Miranda e de Leiria*, feita por Bento Jozé de Sousa Farinha, I, Lisboa, 1785. A referida tradução, intitulada «Trelladaçam do Panegyrico de Plínio, o Mais Moço», ocupa as páginas 3-174.

atitude e de um comportamento que deve despertar o desejo da imitação. Era um género querido dos humanistas que, por vezes, pagavam com elogios ao príncipe os favores que lhe deviam. Apesar da natureza de louvor frequentemente hiperbólico do panegírico, o humanista e historiador João de Barros, dominado pela ideia da utilidade prática e moralizadora deste tipo de texto, coloca-o mesmo acima da historiografia. A este propósito, diz ele no início do seu já referido *Panegírico de D. João III*:

*Se o principal fundamento dos que compõem crónicas e escrevem as cousas passadas é falar verdade, sem dúvida a invenção do Panegírico é de mor autoridade que outra maneira de história, porquanto o Panegírico faz sempre fé do que vê e representa aos olhos; a história pela mor parte trata do que ouve, e isto encomenda à memória* <sup>5</sup>.

Esta afirmação é evidentemente exagerada, pois as características próprias do panegírico levam o escritor a, propositadamente, negligenciar certos actos ou características menos positivas da pessoa biografada e, por outro lado, a hiperbolizar os aspectos positivos. No entanto, embora o panegírico seja efectivamente um texto claramente encomiástico, não pode, na nossa opinião, pelo simples facto de ser um panegírico, ser ignorado por aqueles que procuram estabelecer a biografia da figura elogiada.

Em Portugal, foram várias as orações panegíricas dedicadas ao rei D. João III na produção literária do século XVI. Das mais significativas na exaltação da figura do rei e da sua política, podemos destacar, para além da de João de Barros, a de Inácio de Moraes: *Oratio panegyrica ad inuictissimum Lusitaniae Regem diuum Ioannem tertium, nomine totius Academiae Conimbricensis, atque in eiusdem scolis habita, ipsa etiam Regis coniuge augustissima diua Caterina Lusitaniae regina, et regni haerede principe filio diuo Ioanne serenissimo eiusdemque regis sorore diua Maria serenissima praesentibus*, proferida na Universidade de Coimbra, em nome da Aca-

---

<sup>5</sup> In João de BARROS, *Panegíricos*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, <sup>2</sup>1943, pp. 1-2. Todas as citações do *Panegírico de D. João III* que apresentamos ao longo deste artigo foram feitas a partir desta edição. Passaremos a referir-nos a esta obra através da abreviatura *Pan*.

ademia, no dia 8 de Novembro de 1550, aquando da visita do rei à Alma Mater conimbricense;

a de António Luís, que é um elogio dos descobrimentos e da paz durante o reinado de D. João III (1521-1557), com especial realce para os temas de filosofia moral e política: *Panegyrica oratio elegantissima plurima rerum et historiarum copia referta Ioanni huius nominis tertio inuictissimo Lusitaniarum regi nuncupata, Antonio Ludouico Vlyssiponensi medico auctore. Vlysi-ponae. Apud Logdo-uicum Rotorigium Tipographum. MDXXXIX;*

a de André de Resende: *Oratio habita Conimbricae in Gymnasio Regio anniuersario dedicationis eius die*, pronunciada em 1551, no Colégio das Artes, e que se assemelha bastante à de Inácio de Moraes na apresentação das virtudes régias;

e a de Diogo de Teive: *Oratio in laudem Ioannis Tertii Inuictissimi Lusitaniae et Algarbiorum Regis publice pronunciata Conimbricae*, proferida em 1552 e publicada nos *Iacobi Teuui Bracarensis opuscula aliquot in laudem Ioannis Tertii Lusitaniae Regis, et principis eius filii, et fratris Ludouici, atque item Sebastiani primi Regis eiusdem nepotis. Quorum sequens pagella catalogum continet. Salamanticae. Excudebant haeredes Ioannis a Iunta Floren. 1558.*

O *Panegírico de D. João III* de João de Barros parece ter sido proferido diante do rei, aquando da ida do monarca a Évora, no verão de 1533, para visitar as obras do aqueduto daquela cidade, que estava a ser restaurado <sup>6</sup>.

Neste panegírico, João de Barros procura realçar as qualidades do monarca, acentuando, no retrato que vai traçando, a vivência do rei, marcada, na sua opinião, por altos valores éticos que imprimem um profundo cunho de nobreza àqueles que os conseguem aceitar como norma de conduta, delineando desta forma o retrato do príncipe ideal <sup>7</sup>. Fá-lo, recorrendo a uma linguagem retórica, adequada ao tema, ainda que, por vezes, se perca numa procura exagerada de efeitos oratórios, em complexos e difusos circunlóquios. Este panegírico, concebido, como já referimos, à imagem e semelhança

<sup>6</sup> É o que se depreende do próprio panegírico, p. 76.

<sup>7</sup> Sobre o conceito de príncipe ideal no século XVI, veja-se N. CASTRO SOARES, *op. cit.*, pp. 189-290.

do *Panegírico de Trajano* de Plínio-o-Moço, desenvolve-se, como veremos, por entre ornatos de retórica, com ditos e feitos colhidos preferencialmente nas obras dos clássicos greco-latinos ou nas Sagradas Escrituras.

O *Panegírico de Trajano* é citado várias vezes ao longo do *Panegírico de D. João III* do humanista João de Barros, nomeadamente a propósito da justiça do príncipe, do conceito de *pater patriae*, da sua liberalidade, da sua bondade e da sua devoção<sup>8</sup>.

João de Barros encontrava-se profundamente ligado a D. João III por ter começado a servir, desde tenra idade, no Paço Real e ter sido moço de guarda-roupa do futuro monarca, que o terá incitado às primeiras tentativas literárias<sup>9</sup>. A amizade entre João de Barros e D. João III terá começado na infância – João de Barros era apenas seis anos mais velho do que D. João – e ter-se-á mantido ao longo da vida, explicando-se, deste modo, a protecção que o monarca foi dispensando a João de Barros. O próprio humanista o confessa no seu panegírico, onde, ao falar do que o rei faz para o bem estar do seu povo, diz:

*Com muita razão digo isto, pois por minha boa sorte sam um daqueles que se logram deste tamanho bem. (Pan. p. 4)*

Apesar desta confissão, este panegírico não se limita a ser um agradecimento e um reconhecimento por tudo o que o rei fez por

---

<sup>8</sup> Vide *Panegírico de D. João III*, pp. 6; 22-23; 50; 59; 64; 73; 75; 94-97; 106.

<sup>9</sup> Nascido em Viseu, em 1496, João de Barros foi para Lisboa ainda criança. Foi, aliás, na Escola do Paço que aprendeu as artes liberais, as ciências e o latim e o grego. Percorreu, mais tarde, uma carreira de funcionário, primeiro, a partir de 1525, como tesoureiro da Casa da Índia, da Casa da Mina e da Casa de Ceuta, depois, de 1533 a 1567, como feitor da Casa da Índia. Em suma, gozou durante largas décadas da confiança política da coroa e, nos últimos anos da sua vida, beneficiou mesmo de avultadas tenças régias, insuficientes, no entanto, para o libertar das muitas dívidas contraídas.

A biografia de João de Barros não oferece grandes dificuldades desde que Manuel Severim de Faria publicou em Évora, em 1624, a *Vida de João de Barros*, e, já no início do nosso século, António Baião procedeu a um levantamento quase exaustivo de documentos inéditos sobre a vida de João de Barros, que publicou em Coimbra, em 1917, precisamente sob o título *Documentos Inéditos sobre João de Barros*.

João de Barros, ele transmite-nos também inúmeros dados sobre a sua visão acerca de alguns problemas da época e da personalidade do rei, cujas qualidades o humanista não se cansa de elogiar, com o intuito de o apresentar como um príncipe ideal, que, como diz João de Barros, à semelhança de que é dito por Plínio-o-Moço acerca de Trajano no seu *Panegírico de Trajano* <sup>10</sup>, «mais parece pai de todos, que rei e senhor» (*Pan.* p. 140). A este propósito, o humanista alude a dois dos imperadores romanos – Augusto e precisamente Trajano – que foram chamados pais da pátria:

*Augusto foi tam amado, que publicamente foi chamado pai da pátria. Louva Plínio, em seu Panegírico a Trajano, que antes de ser chamado pai da pátria pelos romãos, o era já nas obras. (Pan. p. 64)*

O título de *pater patriae*, de larga tradição na literatura latina do período imperial (e.g. Séneca, *De clementia* 1.14.2; Plínio-o-Moço, *Pan.* 21.1; Plínio-o-Velho, *Naturalis Historia*, passim; Musónio Rufo, fr.8) <sup>11</sup>, é frequentemente atribuído aos monarcas portugueses pelos tratadistas, moralistas e humanistas em geral <sup>12</sup>.

João de Barros, ao falar da bondade de D. João III (*Pan.* p. 95 sqq.), recorda, mais uma vez, o imperador Trajano, dizendo:

*Com muita causa é nomeada a bondade do imperador Trajano, que foi tanta, que ficou em provérbio: «tam bom como Trajano»; e acho eu que, sendo ele um dia publicamente louvado no Senado, e sofrendo mal, por sua temperança, tal maneira de louvor, um senador lhe disse em voz alta: – Emperador Trajano, lembra-te do que fazes e verás o que dizem de ti. (Pan. p. 96)*

À semelhança do que, como vimos, é dito no *Panegírico de Trajano* (65.1), a propósito do imperador romano, também D. João III é retratado por João de Barros como sendo um profundo cultor da justiça, que se submete, ele próprio, às leis, apesar de o príncipe, como emanção de Deus, estar acima da mesma lei. Diz o humanista:

<sup>10</sup> Cf. 2.3: *non de domino, sed de parente loquimur*.

<sup>11</sup> Cf. Francisco de OLIVEIRA, *Les Idées Politiques et Morales de Pline l'Ancien*. Coimbra, 1992, p. 104.

<sup>12</sup> Cf. N. CASTRO SOARES, *op. cit.*, p. 279, n.3.

*Antre as virtudes de que príncipes e governadores das respúblicas tem mór necessidade, pera o descanso e conservação de seus estados, sempre o primeiro lugar foi dado à justiça; e isto com muita razão, porque sendo Deus perfeita justiça, os reis, que por ele são ordenados e cujo poder representam, a ele só em tudo devem seguir. (Pan. pp. 3-4)*

*(D. João III) governa os seus reinos com tanto cuidado de justiça, como se todas fôsem sua própria casa, mas ainda se mostra tam justo e obediente às suas leis, que não menos nos aproveita com o virtuoso exemplo, que de si nos dá, que com a execução delas. (Pan. p. 7)*

A moral clássica e a doutrina da moderação, que Plínio-o-Moço simboliza nos exemplos de modéstia e de tranquilidade de Trajano:

*Magna ante te, magna post te, iuxta te tamen maxima quies: tantum ubique silentium, tam altus pudor ut ad paruos penates et larem angustum ex domo principis modestiae et tranquillitatis exempla referantur. (47.6)*

são muito apreciadas pelos humanistas, e estão também presentes na moderação e na sobriedade de D. João III, realçadas por João de Barros, nomeadamente na forma frugal como o rei se alimentava e na simplicidade com se vestia. Citando exemplos de muitos príncipes da Antiguidade cultores desta moderação, entre os quais Trajano, diz João de Barros a propósito de D. João III:

*Mas V. Alteza não sómente no que toca à dignidade real, mas à maneira e costumes de sua vida é mui temperado. (Pan. p. 143) Olhemos Portugal e o que se agora nele usa, e acharemos que a temperança dos homens nos trajos e vestidos nasce toda do bom exemplo de V. Alteza. (Pan. p. 146)*

Tal como Plínio-o-Moço elogia a liberalidade de Trajano – salientando a generosidade com que o príncipe distribuía bens e alimentos pelo povo –, o número de crianças – cerca de cinco mil –, que ele mandou criar a expensas suas, e ainda a prontidão com que socorria as vítimas de qualquer calamidade:

*Quocirca nihil magis in tota tua liberalitate laudauerim quam quod congiarium das de tuo, alimenta de tuo, neque a te liberi ciuium ut ferarum catuli sanguine et caedibus nutriuntur. (27.3)*

*Paulo minus, patres conscripti, quinque milia ingenuorum fuerunt quae liberalitas principis nostri conquisiuit, inuenit, adiciuit. (28.4)*



*Tam uelox, Caesar, potestas tua est tamque in omnia pariter intenta bonitas et accincta ut tristius aliquid saeculo tuo passis ad remedium salutemque sufficiat ut scias. (30.5)*

também João de Barros recorda o número de crianças directamente apoiadas por Trajano, mas considera que D. João III é merecedor de um louvor maior. Vejamos as palavras do Humanista:

*Louvado é o emperador Trajano, por mandar criar cinco mil meninos romãos pobres à sua custa; mas tanto V. Alteza é digno de mór louvor que Trajano, quanto a doutrina e ensino das letras se deve mais estimar que toda a outra criação. (Pan. p. 75)*

*O rei não cessava com igual prudência e magnanimidade de socorrer continuamente as necessidades de todo o seu povo, muito mais do que a qualidade dos tempos parecia que pudesse suportar. (Pan. pp. 137-138)*

O Humanista português recorda ainda o elogio que Plínio-o-Moço, no seu panegírico (30), fez da atitude do imperador Trajano, quando este mandou que fosse enviado trigo para o Egipto, numa altura em que as terras nada produziam por o Nilo não encher, para afirmar que também D. João III é merecedor de semelhante elogio por, também ele, tudo fazer para que o seu povo não passasse fome e pudesse viver feliz (cf. *Pan.* pp. 71-74).

Como vimos, João de Barros elogia a liberalidade de D. João III para com os necessitados, mas louva também, de modo especial, o apoio dado pelo rei ao ensino das letras:

*A todos é notório quanto amor tem às letras, quanto favor, quanto amparo, quanta mercê recebem dele os letrados de toda a ciência; este amor é causa de sua côrte florescer hoje tanto em letras como florece. (Pan. p. 116)*

Fá-lo, mais uma vez, em consonância com aquilo que Trajano fizera, e que Plínio-o-Moço realçou no já citado passo 47.1-2 do seu *Panegírico de Trajano*.

Uma outra característica comum a estes dois príncipes é o amor pela paz (cf. panegíricos de Plínio-o-Moço, 16.1 e de João de Barros, p. 39), ainda que ambos sejam defensores das guerras justas e necessárias. É o que se depreende dos dois panegíricos. Plínio-o-Moço afirma que Trajano não receia as guerras, mas também não as provoca:

*Non times bella nec prouocas. (16.1)*

João de Barros diz que D. João III procura manter a paz, mas luta continuamente contra os infiéis:

V. Alteza além de a seus naturais manter em muita paz e justiça, manda continuamente por mar e por terra seus exércitos e grossas armadas contra os infieis. (*Pan.* p. 39)

Recorde-se que, em Portugal, no século XVI, dilatar a fé e o império era o ideal da nação, imortalizado por Luís de Camões nos *Lusíadas* (cf. I, 2, 1-4).

A exaltação da ideia imperialista é acentuada por João de Barros que incita mesmo o rei a prosseguir com a guerra aos infiéis:

*V. Alteza doutra parte prossiga, como faz, sua mui santa tenção, faça guerra aos infieis e mouros d'Africa e Arábia, Pérsia e Índia à verdadeira fé de Cristo.* (*Pan.* p. 24)

Portugal, com as suas conquistas, surgia aos olhos dos escritores portugueses como herdeiro da Roma Antiga. A este propósito diz João de Barros:

*A nação português hoje mais que nenhua (se me não engano) conserva a gravidade e desejo de honra, que antigamente sóia ter o povo romano.* (*Pan.* p. 119)

Um outro aspecto comum aos dois príncipes prende-se com a excelência das suas esposas. Plínio-o-Moço pergunta-se se existe alguma mulher mais santa e mais virtuosa que Plotina:

*Tibi uxor in decus et gloriam cedit. Quid enim illa sanctius, quid antiquius?* (83.5)

E João de Barros sente-se incapaz de louvar as virtudes de D. Catarina:

*Mereceu que lhe desse Deus a rainha Dona Caterina, nossa senhora, por mulher, dotada de toda a perfeição e santidade de vida, cujas virtudes são tantas e tam grandes, que melhor se podem cuidar e ver no pensamento que louvar segundo seu alto merecimento.* (*Pan.* p. 71)

Também o amor que o povo romano sentia por Trajano, que levou Plínio-o-Moço a perguntar se esse amor se devia ao carácter divino do príncipe, à sua humanidade, à sua moderação ou à sua gentileza:

*Diuinitatem principis nostri an humanitatem, temperantiam, facilitatem, ut amor et gaudium tulit, celebrare uniuersi solemus?* (2.7)

tem correspondência no amor que, segundo João de Barros, o povo português sente por D. João III:

*Sem dúvida todos estes louvores cabem em V. Alteza, e nisto se pode ver com quanta razão merece ser amado de seu povo, o qual tanto mais verdadeiramente o ama, quanto mais certo vê e sabe que as mercês, que lhe faz, vem da sua própria bondade, sem algum seu particular respeito, que então é verdadeiro amor, quando as boas obras nascem dele só e não da esperança dalgum interesse.* (Pan. p. 74)

Em suma, os humanistas tinham o hábito de comparar os reis com alguns dos príncipes da Antiguidade Clássica que eles consideravam possuidores das virtudes próprias do príncipe ideal. Aliás, era comum nos autores renascentistas não só o recurso à comparação com figuras da Antiguidade Clássica ou bíblicas, mas também o recurso à imitação, adaptação, ou simplesmente transcrição, de passos mais ou menos longos de modelos clássicos greco-latinos, dos textos bíblicos, e até dos próprios humanistas, ainda que, por vezes, essas influências não passem de reminiscências mais ou menos vagas desses autores<sup>13</sup>. Citar ou aproveitar os textos dos autores clássicos era, como refere Nair Castro Soares, «uma necessidade, um hábito, uma atitude estética que dimensionava a tratadística do Renascimento à sua escala europeia e lhe conferia uni-versalidade»<sup>14</sup>. E não esqueçamos que João de Barros se for-

---

<sup>13</sup> A identificação das fontes nem sempre é muito fácil, pois, por vezes, os humanistas não as identificam claramente e, frequentemente, não resultavam da leitura directa das obras dos diferentes autores, mas eram obtidas através da leitura de colectâneas onde se organizavam tematicamente excertos de obras de diferentes autores, ou de antologias de lugares-comuns, de sentenças várias e de informações históricas. Estas colectâneas funcionavam como verdadeiras enciclopédias gerais ou especializadas, onde os humanistas encontravam os passos mais importantes dos autores clássicos greco-latinos, dos medievais, dos humanistas, da Bíblia e da Patrística, em áreas diversas como a história, a mitologia, a filosofia a religião, a poesia, etc.. O *Viridarium* de Octaviano Mirandula, os *Epitheta* de João Ravísio Textor e a *Polyanthea* de Domenico Nano Mirabelo são exemplos de algumas dessas colectâneas.

<sup>14</sup> *Op. cit.*, p. 225.

mou, do ponto de vista cultural, sob o signo do classicismo, do humanismo literário e do humanismo cristão. É, pois, por isso, notória neste humanista a familiaridade com os autores e os textos da Antiguidade Clássica, da Sagrada Escritura, e de alguns humanistas.

No *Panegírico de D. João III* de João de Barros são visíveis, para além da clara influência do *Panegírico de Trajano* de Plínio-o-Moço, inúmeros contactos com a Bíblia e com obras dos seguintes autores gregos e latinos:

Gregos: Homero, Platão, Plutarco, Hecateu (historiador), Anaxágoras, Xenócrates (filósofo), Aristóteles, Heródoto, Sócrates, Teofrasto, Teócrito, Carnêades (filósofo céptico), Epicuro, Hesíodo, Pitágoras, Cleóbulo (um dos sete sábios da Grécia), Heraclito, Xenofonte, Antístenes (filósofo cínico) e Díon (orador e filósofo).

Latinos: Tito Lívio, Claudiano, Rabírio (poeta), César, Cícero, Séneca, Pacato (autor do *Panegírico de Teodósio*), Mamertino (autor do *Panegírico de Juliano*) e Ausónio.

Note-se que, neste panegírico, as citações bíblicas são tão frequentes como as da antiguidade pagã; há uma clara simbiose entre elas, o que, aliás, era um fenómeno característico do Renascimento.

Destes diferentes autores, aproveitou João de Barros para o seu panegírico não só conceitos e exemplos da moral clássica e da doutrina da moderação, mas também um fundo de erudição e uma visão para o julgamento de factos e atitudes. Ao apontar inúmeros exemplos, ao longo do seu texto, o humanista tentou, de acordo com o que é habitual neste tipo de composição, apresentar um conjunto de princípios morais, elogiando e exaltando repetidamente as atitudes e os comportamentos do rei, de modo a despertar nas pessoas o desejo de imitação deste príncipe, que ele procurou apresentar como modelo de príncipe ideal, pois, como diz Plínio-o-Moço, no *Panegírico de Trajano*, é a vida do príncipe que serve de guia e de exemplo ao povo:

*Nam uita principis censura est eaque perpetua: ad hanc dirigimur, ad hanc conuertimur, nec tam imperio nobis opus est quam exemplo.* (45.6)